



**Região
de
Aveiro**
Comunidade Intermunicipal - Baixo Vouga

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
28 de novembro de 2012
Ata n.º 3*

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente, Álvaro de Oliveira Gomes, e pelo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues Barros. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: -----

Carlos Alberto Baptista Guerra, José Carlos Raposo Marques Vidal, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, Manuel Augusto de Almeida Farias, Paulo Manuel Matos Soares, Delfim do Santos Bismark Álvares Ferreira, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, Maria de Lurdes Sousa Tavares da Silva, António Rafael das Neves Timóteo, José Lagoa Duarte, Maria Lúcia Braga Araújo, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Rui António de Almeida Marinha, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel José Prior Pedreira Neves, Raul Ventura Martins, António Manuel Valente de Sousa, Paulo Marco de Matos Couceiro e Costa Braga, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, António José Flor Agostinho, António Pedro Oliveira Martins, Maria de Fátima Ramos Bola, Augusto Carlos dos Santos Leite, José Alcides Ramos Pereira, José Manuel Andrade Simões, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, Gladys del Carmém Ferreira de Oliveira, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, José de Figueiredo Lino, José Eduardo Alves Fragateiro, Sérgio Paulo Borges de Pinho Pereira, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, Rogério Simões. -----

Estiveram ausentes os membros: Jorge Luís Nunes de Oliveira (que justificou a falta), Olga Marques dos Santos Ladeira, José Gonçalo Borges da Fonseca, Paulo Jorge Lopes Anes, Mário Júlio Carlos Ramos, José José Alberto da Costa Figueiredo, José Augusto da Luz Matos, Paulo Manuel Namorado Nordeste, Manuel Nunes Simões dos Santos, Rogério Mário dos Santos, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, Ercília Maria Marques Pedro, Carlos Manuel Simões das Neves. -----

Constituído o quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva agenda da reunião: -----

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior; -----

B – Expediente e informações; -----

C – Período Antes da Ordem do Dia; -----

D – Período da Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à atividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 18 setembro e 19 de novembro de 2012; ----

Ponto 2 - Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2013; -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação das contribuições dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da assunção de compromissos plurianuais relativa à contratação de despesas correntes. -----

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior: -----

Augusto Leite (Murtosa) propôs uma alteração à ata nº 1 de 2012, de 16 de abril, na página 5, linha 16, uma vez que considera que não é clarificador do que foi transmitido. Assim propõe a seguinte redação “*Augusto Leite (Murtosa) relativamente ao abastecimento público de água, feito pela empresa Águas da Região de Aveiro (AdRA), nomeadamente quanto ao aumento das tarifas que se têm vindo a aplicar aos consumidores, criticou a falta de realização dos investimentos em infraestruturas que aquela empresa se tinha comprometido fazer, e que serviram de base ao estudo que estipulou a atualização do tarifário. Considerou que se a AdRA não faz as obras a que se tinha comprometido, também não se deveria fazer a atualização e aumento das tarifas. Relembrou que os municípios detêm 49% do capital daquela empresa, criticando os presidentes das Câmaras Municipais acionistas, por nada fazerem para combaterem esta injustiça.* -----
Referiu que a equiparação das tarifas nos vários municípios prevista para o ano de 2014, já tem, nesta data, o escalão mais baixo igual em toda a região, e manifestou a sua preocupação acerca dos objetivos do Governo quanto à privatização do grupo Águas de Portugal”. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação a ata n 1º de 16 de abril de 2012, com a referida alteração, com os seguintes resultados: -----

Aprovada por maioria, com quatro abstenções. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação a ata n 2º de 26 de setembro de 2012, com os seguintes resultados: -----

Aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

B – Expediente e informações: -----

O Presidente da Mesa informou que não há informações a dar, nem foi recebida qualquer correspondência. -----

C – Período Antes da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia no Período “Antes da Ordem do Dia”: ---

Raúl Martins (Aveiro) louvou o trabalho que tem sido feito pela CIRA e pelo seu Presidente na defesa do Porto de Aveiro, e solicitou que esta Assembleia com a força deste plenário, consiga emitir um documento que possa fazer com que esta luta sem sentido acabe e que a morte do Porto de Aveiro em detrimento doutros portos, designadamente do Porto de Leixões não se verifique. Solicitou que a CIRA fosse ainda mais incisiva neste esforço de salvação desta estrutura, tão importante para a nossa região. -----

José Vidal (Águeda) citou a entrevista do presidente da AdRA onde se referia que deviam ser mantidos os compromissos assumidos e portanto os respetivos aumentos em 2013. Considera que se a AdRA não cumpriu os compromissos como quer assumir a outra parte e solicita uma chamada de atenção sobre esta situação e uma posição da CIRA. -----

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) citou uma notícia de um jornal de Aveiro relativamente à questão do Tribunal de Família em Ílhavo ou em Aveiro, por questões de



mobilidade e questiona se a posição aí tomada é do Presidente da CM Ílhavo ou do Presidente da CIRA, ou seja, qual a condição em que se pronunciou, considerando que devia haver uma separação das águas. -----

D – Período da Ordem de Trabalhos: -----

1. Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à atividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 18 de setembro e 19 de novembro de 2012:-----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que no âmbito da reforma do Mapa Judiciário a opção política do CE é clara, no profundo respeito pelo patamar intermunicipal e pela dimensão municipal e que não há equívocos nesta matéria. Considera que a Comarca-Piloto não teve avaliação, sendo errado que um projeto novo seja reformado sem a respetiva avaliação e que o Governo que numa das suas primeiras decisões acabou politicamente com os distritos, não nomeando os Governadores Cíveis, usando a escala das NUTS II e III como base para a organização do Estado, realiza uma reforma sem ter isso em conta, indo buscar a circunscrição distrital; defende a manutenção do Tribunal de Sever do Vouga uma vez que é o único que cessa a sua existência de acordo com a proposta do novo mapa; na questão do Tribunal da Relação defende que este se mantenha em Coimbra, aprofundando a relação com o Centro, não sendo favorável à transição dos processos para o Porto. Referiu que a posição da CM Ílhavo sobre o Tribunal de Família é formal, escrita e pública, e subscreve a posição da CIRA nas questões que a todos dizem respeito. Considera que para os cidadãos de Ílhavo a mudança para Oliveira do Bairro do Tribunal de Menores no âmbito da Comarca-Piloto foi uma contrariedade objetiva, mas não põe em causa a existência desse Tribunal em Oliveira do Bairro, observando que os circuitos de mobilidade são mais intensos com Aveiro, e mais ténues com Oliveira do Bairro. -----

Relativamente ao PIMTRA o Presidente do CE informou a realização de uma audição pública no dia 30 de novembro, numa altura em que o projeto está numa fase intermédia, de transição da definição de linhas gerais para o programa de ação, sendo um bom momento para a interação pública. Será feita uma caracterização do que está feito, das linhas gerais e servirá para ouvir os cidadãos com contributos para o Plano de Ação e quais as suas definições. -----

O Presidente do Conselho Executivo informou que o Congresso da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro já tem datas definitivas, dias 14 e 15 de março de 2013, tendo sido estas alteradas face às datas da BTL – Bolsa Turismo de Lisboa, que este ano será especial. O Centro de Portugal é o destino nacional convidado tendo a ERTC – Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal convidado as CIMs a participar, este ano com obrigações especiais. Será feito na BTL o lançamento nacional da campanha de marketing territorial e dos produtos da Ria de Aveiro, ao abrigo de dois projetos, um liderado pela CI Região de Aveiro e o outro pela ERTC, num investimento total de cerca de 900 mil euros, financiado pelo Programa Operacional das Pescas, no quadro de projetos do GAC-RA. Este lançamento será efetuado na quinta-feira, dia 28 de fevereiro, que será o dia da Região de Aveiro no stand da ERTC Centro de Portugal. A apresentação desta campanha em Aveiro será efetuada no âmbito do Congresso. -----

Relativamente ao Porto de Aveiro o Presidente do CE considera que o impacto da greve dos Estivadores dos Portos Nacionais é extremamente negativo para o nosso Porto, com graves consequências na atividade económica, prejudicando as empresas da região, colocando em causa milhares de postos de trabalho e saindo prejudicado com a concorrência de outros portos que estão em plena atividade. -----





Sobre o Polis Litoral Ria de Aveiro o Presidente do CE referiu que se está próximo de um acordo com o Governo para se viabilizar o quadro de investimentos, que ao montante total previsto de 87 milhões de euros serão retirados 11 milhões de euros em projetos sem maturidade e sem importância prioritária, nomeadamente para os dois valores que se querem defender na Ria, valorização e qualificação, seguindo a lógica do Governo que precisa de baixar o investimento, dos municípios que também precisam de baixar esse investimento, uma vez que não têm capacidade financeira para cumprir todos os compromissos, e também numa lógica do tempo que temos para cumprir o quadro de investimentos com os fundos comunitários que estão disponíveis, uma vez que este dossiê está parado há um ano e meio. ---

Relativamente à AdRA o Presidente do Conselho Executivo informou a situação atual dos investimentos previstos, considerando a necessidade de mais tempo para a concretização dos mesmos. Do investimento previsto para a 1ª fase (48,1 milhões de euros), 76% está em curso ou em fase de adjudicação, num montante de 36,4 milhões de euros. Informou que a perspetiva de faturação da empresa é 20% acima da realidade atual e que o modelo está desajustado, uma vez que temos uma empresa com um processo de investimento grande e uma faturação reduzida, sendo necessário mais tempo para executar o plano de investimentos e o plano de pagamento das retribuições. Será necessário uma reforma mais profunda do EVEF e um equilíbrio entre as componentes da retribuição e do investimento. Referiu que a revisão do EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira está na sua fase final, necessita de maior aprofundamento, e que a este processo não é indiferente a questão da fusão das empresas do grupo AdP (fusão da SIMRIA, SIMLIS e Águas do Mondego). Considera que a recusa de fusão por parte das Águas do Mondego favorece a nossa proposta de fusão da AdRA com a SIMRIA. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Hilário Santos (Águeda) considera o inquérito do PIMTRA um não inquérito, bastante confuso, e que grande parte da população não entende o que está escrito. Sobre o Polis referiu que aparentemente as coisas estão a correr melhor e que alguma coisa mudou na Sra. Ministra, que acabou com a Parque Expo, e terá constatado que nós conseguimos fazer melhor por metade do valor. Relativamente à AdRA não ficou satisfeito com o que foi referido e não está de acordo com o caminho que está a ser traçado neste processo, pois estamos há dois anos a pagar por investimento que não foi executado e para o reforço financeiro da empresa. A empresa já devia ter feito os investimentos. Considera que enquanto não estiver revista toda a proposta de investimentos não pode haver aumento do preço, e que enquanto o estudo do EVEF não estiver concluído não devemos fazer aumentos. Propõe a esta Assembleia que enquanto não acontecer a prometida assembleia da CIRA sobre esta matéria e que as coisas estejam claras não deverá haver aumento do tarifário. Sabe-se que o volume de faturação está baixo e que o estudo do EVEF terá de intervir nos municípios que deram consumos superiores. Referiu que uma vez que não há capacidade financeira da empresa para assumir a sua própria contrapartida nos investimentos, viu escrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Águeda que se substituiria à AdRA nos investimentos que estão previstos, embora depois teria de haver compensação ao município. Questiona se esta matéria foi abordada no âmbito da CIRA e se tal é possível. Considera que os preços não devem subir em 2013 enquanto não houver uma proposta clara da AdRA sobre o plano de obras para a 2ª e 3ª fases, que não estamos a ser razoáveis e que pagámos adiantado neste processo. -----

José Vidal (Águeda) subscrive na globalidade a posição do Hilário Santos e considera que o Presidente do CE mostrou uma realidade igual à do país, mas que na CIRA temos



deveres perante as populações. Compreendendo todos os falhanços na promoção da AdRA, compreendendo todas as previsões falhadas, entende que aqui não é aceitável que a solução seja o aumento do preço da água. Considera que terá de se criar uma situação transitória para que em 2013 não haja aumento de tarifas, tendo em atenção todo o sentido de todos os sacrifícios que estão a ser pedidos. Manifestou preocupação com a voragem da privatização de serviços às populações, nomeadamente da água e do saneamento, sendo totalmente contra estas privatizações e sabe que é por aqui que o governo avançará. -----

José Almeida (Sever do Vouga) manifestou preocupação com o Mapa Judiciário e com a intenção de se encerrar o tribunal, pois tudo o que seja encerramento de serviços conduz a desertificação, sendo contra estas posições. Enalteceu a posição da CIRA de continuar a defender Sever do Vouga e no futuro se verá se a CIRA é ou não uma entidade forte. -----

Augusto Leite (Murtosa) referiu-se ao problema da AdRA manifestando preocupação com a passividade com que o Presidente do Conselho Executivo da CIRA se expressou relativamente a este assunto e ao desvio de 20% de faturação que irá implicar os aumentos das tarifas. Considera que tem um serviço pior de abastecimento de água, tem mais falta de água, e que a Câmara Municipal geria muito melhor a água do que é gerida agora, criticando inclusive os horários para o pagamento da água, porventura da água mais cara de Portugal. O aumento da faturação serve para corrigir os erros de avaliação cometidos no passado. Entende que se deve começar a pensar na responsabilização das pessoas que nos conduziram a esta situação, depois de termos dado 51% do capital a quem manda, e devemos começar a pensar noutro caminho, uma vez que considera que fomos enganados, designadamente no financiamento das obras através do Estado e da Banca, pois o Governo não tem força. Os bancos não emprestam e o que é grave é que os cidadãos é que estão a pagar. Para os autarcas se mexerem mais em relação a este assunto deve-se repensar a solução, que será passar a faturação da alta (água) e do saneamento para os orçamentos municipais e ficariam os municípios a pagar às suas câmaras municipais. -----

O Presidente do Conselho Executivo deu nota que o contrato de parceria dos Municípios com a AdP, no quadro da AdRA, está em curso, estando em execução toda a gestão regular e os investimentos de manutenção, assim como a primeira fase do investimento e estando prospetivada a execução da segunda fase com o financiamento dos Fundos Comunitários do próximo Quadro. Sabemos dos problemas do País que impedem a empresa de se financiar na Banca para ter capacidade de assumir toda a contrapartida nacional de todo o investimento. Além disso, o pagamento da retribuição em falta vai acontecer até final de 2013 e não de 2012 pela mesma dificuldade de financiamento. Se fosse parada a harmonização e o crescimento tarifário, estaríamos a agravar a situação financeira da empresa e a manter os desequilíbrios entre os Municípios. O tal desvio de cerca de 20% entre a faturação realizada e prevista, tem origem principal em previsões feitas por excesso por alguns Municípios. A operação da AdRA foi montada com base num equilíbrio acordado entre os Municípios, sendo que os que têm mais investimento feito receberam mais retribuição e os que têm necessidade de mais investimento têm essa necessidade suprida pela AdRA, sendo que o tarifário tem como referência o tarifário praticado à data pelos Municípios de Albergaria-A-Velha e Aveiro. Relembrou que a estratégia do Governo para o Grupo AdP passa pela fusão de empresas, verticalização e privatização, sendo que não se perspetiva que esta seja de alienação mas sim de concessão de alguns serviços, o que aliás já vai acontecendo. -----

Hilário Santos (Águeda) não concorda com a posição do Presidente do CE uma vez que considera que os municípios que têm menos investimento são os mais prejudicados, porque o custo financeiro é enorme, uma vez que se terá de devolver os 60 milhões de euros aos que fizeram o investimento, e é esta situação que está a originar todo este aumento financeiro. Todos aqueles que não fizeram os investimentos é que estão a ser prejudicados e essas populações é que não têm água ou já a estão a pagar mais cara à base disso. Considera que este foi um bom negócio para os municípios que já tinham feito os investimentos e assim vão receber o respetivo dinheiro, que de outra forma não iriam receber, e vão poder financiar as restantes obras do QREN. As que já tinham feito os investimentos não teriam acesso ao QREN pois este não suportava obras de manutenção. Esta não é uma posição simplista, de não pagar mais, uma vez que temos compromissos com as populações e foi o Presidente do CE que disse que enquanto não houver revisão do EVEF não haveria aumento de preços. Defende que enquanto não se chegar a uma assembleia da CIRA com uma posição definida sobre o que vai ser o novo estudo do EVEF não deverá haver aumento de preços, independentemente desta tal assembleia ser em janeiro, fevereiro, março ou abril. Até lá não deverá haver aumento de preços e talvez assim a AdP se mexa. -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que não comenta as notas políticas dos colegas do Conselho Executivo e referiu que relativamente ao Polis, e às preocupações de Águeda, foi garantido o financiamento de todos os projetos que não eram elegíveis ao POVT, e que o problema da negociação foi com o Programa Operacional do Centro que tinha compromissos de 21 milhões de euros do Polis e quis baixar para 1,5 milhões, e após as negociações passámos de 1,5 milhões para 6 milhões de euros e os projetos de Águeda têm assim financiamento garantido. -----

2. *Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2013:* -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que este é um Plano natural, claro e de continuidade de todas as operações em curso, havendo uma delas, a RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, que se iniciou em 2012, na sua componente de gestão, com a instalação da equipa técnica, desde março, composta por 4 pessoas, mas será 2013 o ano da sua execução principal do programa e que seguirá para 2014. Deste documento constam os objetivos principais, de continuidade política e que grande parte dele será a concretização de projetos suspensos em 2012. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2013, aprovada por maioria, com duas abstenções, e em minuta. -----

3. *Apreciação e Votação das contribuições dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro – Baixo Vouga:* -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que estamos perante uma das componentes de receita da CI Região de Aveiro, destinada essencialmente à gestão corrente e aos recursos humanos desta associação de municípios, sendo que a proposta mantém o valor em vigo em 2012. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação das contribuições dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro – Baixo Vouga, aprovado por unanimidade, e em minuta.-

4. Apreciação e Votação da assunção de compromissos plurianuais relativa à contratação de despesas correntes: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu tratar-se apenas de dar cumprimento à lei em vigor, designadamente à Lei dos Compromissos e a todas as suas exigências. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

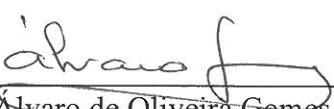
Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da assunção de compromissos plurianuais relativa à contratação de despesas correntes, aprovada por unanimidade, e em minuta. -----

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa. -----


Rogério de São Bento Camões


Álvaro de Oliveira Gomes


Ernesto Carlos Rodrigues Barros